

Travestis Brasileiras, trabalhadoras do sexo e migrantes. Corpo, cultura e performatividade; epistemologia da produção política da transgressão e subalternização

 <https://doi.org/10.56238/sevned2024.010-040>

Francisco José Silva do Amaral Luís
Doutorado em Antropologia Social e Cultural
Fundação para a Ciência e a Tecnologia IP
Lisboa, Portugal

E-mail: rottgoris_social@hotmail.com
ORCID: 0000-0001-6996-6311

RESUMO

As fronteiras enquanto delimitações simbólicas que filtram relações entre sujeitos e grupos de sujeitos, cumprem sempre uma função política; delimitar no âmbito dessas relações, a hierarquização de atores/atrizes sociais e dos seus corpos, segundo uma determinada política de sexos, gêneros, classe social, raça, cor, etnicidade ou proveniência geográfica. O objetivo deste texto, é demonstrar como corpo e cultura, através da performatividade, são simultaneamente objetos e agentes da sua produção enquanto ilegais ou normativizados, originando a emergência de sujeitos em interação. Para tal, recorreremos a uma análise que estabelece um paralelismo entre as migrações de género e geográficas, procurando demonstrar como os processos de transposição de fronteiras, quer num caso, quer noutra, apresentam similaridades que nos permitem aplicar as suas grelhas analíticas a ambos com carácter de reciprocidade simbólica.

Palavras-chave: Migrações de Género, Migrações Geográficas, Corpo, Cultura e Fronteiras.



1 INTRODUÇÃO

1.1 FLUXOS IDENTITÁRIOS E GEOGRÁFICOS DESORDENADOS.

Baseados na minha tese de doutorado e consequente livro (LUÍS, 2018), com o título *Travestis Brasileiras em Portugal, Transmigrações e Globalização; a Indústria do Sexo Transnacional*, verificamos genericamente, que é num contexto socio-histórico mundializado, que, a necessidade dos atores/atrizes sociais comunicarem, emerge exponencialmente dum contexto nem sempre pacífico, entre local, regional ou global, que os coloca muitas vezes em confronto identitário. Este agonismo recalitrante, é forma de sobrevivência e condição do seu surgir, enquanto, sujeitos políticos. É a partir desta necessidade bio-cultural, redimensionada por relações de poder pluri-estruturadas e objeto de interseccionalidades várias, que ganham relevo múltiplas e geograficamente diversas performatividades, operando em várias dimensões e momentos da interação. Comunicar é atribuir significado a algo ou alguém e, neste sentido, corresponde à busca empreendida pelo ator social do achamento dum auto/hétero-inteligibilidade performativa e discursiva. Esta, é apenas alcançável no reflexo de luz que emerge da interação, que ilumina os seus sujeitos, enquanto, seus participantes políticos hierarquizados, fulcrais na sua estruturação dinâmica e simbolicamente codificada. Paralelamente, constatamos que não há performatividade sem discurso, assim como, não existe discurso a que não correspondam performatividades. É, nesta estruturação do social (GIDDENS, 1984, 1991, 2000, 2004 e GIDDENS ET AL. , 1997)¹ dialética e multissegmentada, que os processos se desenrolam em diversas escalas, nomeadamente, dentro dum cultura dominante (política sempre) ou a dada altura, divergindo e contraditando-a. Tal sucede muitas vezes recorrendo às mesma ferramentas socio-transformadoras, através dos quais os bio-poderes sustentam essa estrutura, enquanto, manifestação cultural, política, hierarquizada e culturalizada dum natural normativizado e dominante, simbolicamente incorporado como tal. Veja-se por exemplo, o caso referido por João Dantas na sua tese de doutoramento, sobre a patologização/subalternização dos corpos gays, quando no século XX aparece a pandemia da AIDS (DANTAS, 58).

É neste enquadramento de autorizações e subalternizações naturalizadas, que, procuraremos neste exercício - a que convidamos o leitor a participar - focar-nos nas travestis brasileiras que trabalhamos em contexto de imigração e prostituição² em Portugal, enquanto, produções sociais da idiossincrasia cultural brasileira. Neste sentido, procuraremos adentrar nas suas performatividades e formas de comunicar, questionando como essa negociação estratégica, é realizada dentro e fora da cultura heteronormativa. Concretamente, procuraremos esmiuçar como o fazem alternadamente no escopo dessas fronteiras socio-normativas (TURNER, 1974), que de algum modo estruturam e

¹ Estruturação corresponde ao processo social que engloba estrutura e sujeito com capacidade reflexiva, no movimento de transformação social, em vez de polarizar a dominância no polo da estrutura ou da capacidade de agenciamento do sujeito.

² A academia usa preferencialmente o termo trabalho sexual, porém, a linguística ensina-nos que as palavras têm um peso especial e concreto, e é esse que as Travestis Brasileiras sentem na carne e na pele.

restringem - não só simbolicamente - as possibilidades agenciais e estratégicas de viabilização de cada ator/atriz social travesti, enquanto cidadão brasileiro e do mundo. (BOURDIEU, 2002, GIDDENS, 1984, 1991) Neste quadro, é essencial determinar o porquê de se elencar a hipótese de as travestis serem efetivamente uma produção sociocultural brasileira, expondo para tal, aquilo que, acreditamos serem os fundamentos que validam esta hipótese, nomeadamente, a relação que estabelecem com os seus corpos e com os enunciados discursivos produzidos sobre o mesmo e os dos outros. Num outro momento, procuraremos determinar a relação que se estabelece entre discurso e comportamento, cruzando para o efeito, a produção simbólica do corpo estranho e ilegal em contexto geo-migratório – por ação dos, bio poderes e pela capacidade simbólica e mediadora das fronteiras - com a produção do corpo estruturalmente percecionado, como fora da ordem; o das Travestis Brasileiras em migração geográfica e de género. Como se produz a ilegalidade do corpo e do sujeito, como atua a cultura e a estrutura por seu intermédio, no intuito de impor múltiplas e diversas escalas de cidadania, restringindo-as seletivamente? Há, portanto, na(s) mobilidade(s) corpos não autorizados e que apenas existem, enquanto tais? Estarão as Travestis Brasileiras de tal modo segregadas e marginalizadas, que reactivamente se fecham à estrutura que as agride e castiga quando ousam expressar uma forma de género ou exercer o trabalho sexual? Neste quadro, o estrangeiro poderá não ser apenas aquele que chega e nos é estranho, mas também aquele que morando ao lado, assume práticas culturais e elege projetos de vida que aparentemente subvertem o nosso *habitus* (BOURDIEU, 2002), questionando, criticamente, a estabilidade de campos sociais onde encontramos o descanso ficcionado do assossego que nos desassossega e a auto legitimação estruturalmente autorizada e naturalizada das nossas ações, comportamentos, expressões sociais ou orientação sexual?³

Por isso, ser um imigrante indocumentado em tempos de fluxos massivos e muitas vezes semi-desordenados num sistema mundo em convulsão, assume inquestionavelmente um paralelismo evidente – e concomitantemente atuante - com as autodeterminações socialmente expressas de género, quando estas e aqueles, beliscam a estrutura heteronormativa em que assentam a maioria das atuais instituições e sistemas relacionais hierarquizados. Casamento, parentesco, igreja, moral, culpa, divisão do trabalho, enfim, uma variada panóplia de imbricamentos potencialmente excludentes. As fronteiras, enquanto elementos geograficamente mediadores das relações entre pessoas e países (MEZZADRA, 2005, 2013, MEZZADRA e NIELSON, 2015) ou entre corpos autorizados e subversivos, assumem uma dimensão simbólica que gera taxonomias por essência discriminatórias. Corpo, cultura/estrutura e performatividade; assumem-se como a trilogia duma exclusão anunciada, não obstante, silenciada, geradora de assimetrias e hierarquias, mediante a atribuição seletiva do não lugar à alteridade (AUGÉ, 1994) - monstruosa ou ilegal - em processo que a remete para um *campo de refugiados* não declarado ou assumido – mas margens do mundo - onde o Estado não existe, nem a sua proteção e em que os

³ Cf. sobre a correspondência entre norma/cultura e natureza, FOUCAULT, 1978.

atores/atrizes sociais Travestis, passam a habitar simbolicamente um espaço distópico, apenas cientificamente referenciável (Cf. AGIER, 2002 – *Aux Borde du monde – Les refugies*), emergindo - sob o olhar atento da estrutura - apenas como sujeitos heterotópicos e fora da ordem. (FOUCAULT, 1967). Como referem alguns autores;

Basta pensar na posição de destaque que assumiu a figura do “migrante ilegal” ou “clandestino” nas políticas de migração, na retórica oficial e no imaginário popular desde o início dos anos setenta do século passado para começar a entender os efeitos absolutamente concretos dos rótulos e das taxonomias que dizem respeito às migrações. O migrante “ilegal” tornou-se o mais importante lugar de produção do que Étienne Balibar tem recentemente chamado de “corpo estrangeiro”, a figura monstruosa (e interna) de alteridade que confirma a estabilidade e a validade do código da cidadania e do “corpo do cidadão”. A linguagem e o espectro da raça continuam sendo mobilizados em muitas partes do mundo a fim de oferecer um tipo de suplemento para esta produção do “corpo estrangeiro” do “migrante ilegal” que – é importante enfatizar – não é uma mera figura da “exclusão”. Enquanto “outro interno”, o migrante “ilegal” é, antes de tudo, o produto do que Nicholas De Genova, em um importante trabalho sobre a migração do México para os Estados Unidos, definiu como “um processo ativo de inclusão através da ilegalização”. (MEZZADRA, 2015:14)

Colocamos, portanto, a hipótese da existência dum poder que através da sua chancela político-cultural, produz corpos autorizados em mobilidades diversas, ou, ao invés, corpos ilegais/clandestinos/marginais – as travestis, migrantes e prostitutas. Não obstante, esta forma de exclusão, assenta contraditoriamente na inclusão pela ilegalidade dos seus corpos e migrações, de resto em processo similar àquele que gera a exclusão dos migrantes, simbolicamente subalternizados e representados imagetivamente como ilegais, indocumentados ou sem papéis. É neste sentido, que através de performatividades - apenas possíveis na interação - os indivíduos emergem, enquanto sujeitos políticos integrados ou desintegrados - no seu encontro com o poder (FOUCAULT, 2003) e sua chancela taxonómica do “natural ficcionado” (FOUCAULT, 1978) - numa luta desigual, mas à qual, ainda assim, não renegam, contra as taxonomias que estruturalmente os produzem, apenas enquanto perigosos, ilegais, monstros ou meras anomalias patológicas. É deste modo que pretendemos demonstrar a aplicabilidade das grelhas analíticas usadas na análise das migrações geográficas, às migrações de género e geográficas das Travestis Brasileiras.

Neste quadro, devemos sublinhar que a performatividade, dentro dum determinado contexto sociocultural, deixa entrever as relações de poder que condicionam as possibilidades agenciais dos corpos de atores/atrizes sociais, sendo que, quem migra, naturalmente se posiciona com maior fragilidade perante a chancela política e cultural do poder (FOUCAULT, 1978, 2003), que simbolicamente os produz como fora da ordem. Numa epistemologia da transgressão, surge o questionamento natural sobre quem a produz, o ator social/grupo, a macroestrutura política e heteronormativa ou ambas, em processo de coprodução da ilegalidade e do não lugar social/simbólico, mediante a criação de fronteiras com suas porosidades seletivas? Para tal, baseamo-nos no estudo etnográfico com Travestis Brasileiras, trabalhadoras do sexo e migrantes - maioritariamente sem papéis

- vivendo e trabalhando em Portugal. Com recurso à observação participante e não participante, através da realização de vinte entrevistas semi-diretivas concretizadas com a colaboração de atores/atrizes sociais, travestis e não travestis, em trânsitos e transitividades múltiplas, definidos pela indefinição duma agenda global, que por vezes, concede ainda assim e, inadvertidamente, oportunidades a quem aparentemente não reconhece como sujeitos políticos e cidadãos.

A observação participante e o método etnográfico foram desenvolvidos, mediante estadias alternadas de alguns meses na casa de Verónica Vellasquez no Porto e Lisboa, por onde em trânsito passavam inúmeras outras travestis. Começaremos pela equiparação processual e teórica das migrações de género e geográficas. Chamamos à atenção de que o uso de termos como prostituição, prostituta ou ilegal, pretendem sublinhar o peso social dessas nomenclaturas - que marcam corpos e indivíduos, pessoas reais e não meras figuras retóricas - que não pretendemos branquear através do uso de expressões academicamente elaboradas e sofisticadas, que retiram às palavras a função coerciva que efetivamente desempenham no âmbito dum sistema que discrimina e agride sem pudor.

2 TRAVESTIS, IMIGRANTES E PROSTITUTAS

É nosso propósito neste artigo, não só, mas também, deslindar os modos como são socialmente produzidos discursos de subalternização dos migrantes, recorrendo para tal a argumentos racionais, sectários e xenófobos que associam por exemplo, práticas ilegais/informais a determinadas nacionalidades/classes, acionando desse modo, processos de hierarquização entre o *nós* e o *outro*, sob múltiplas perspetivas. O discurso, aparece neste contexto como um modo de hierarquização dos atores/atrizes sociais e simultaneamente, como um espelho dessa hierarquização, numa forma em que discurso e seu objeto parecem à partida, ser um só.⁴ Cabe-nos desconstruir esta aparência de unicidade como se de algo natural/biológico se tratasse. Para tal, observámos imigrantes Travestis de nacionalidade brasileira, que migraram e continuam a emigrar para Portugal desde o ano 2000. A partir deste enfoque visamos alcançar e produzir um ensaio, que nos permita descobrir os discursos públicos e heteronormativos, enquanto, estratégias orientadas para a sua integração através duma ilegalidade imposta, estrutural e simbolicamente. Quer numa perspetiva da subversão ao corpo dócil heteronormativo, quer, na perspetiva do corpo e sujeito estrangeiro e imigrante.

⁴ Cf. Em diversos contextos migratórios: CALAVITA, Kitty, 2005, “Immigrants at the Margins; Law, Race, and Exclusion in Southern Europe, Cambridge University Press: Cambridge. Carrera, Sergio e Guild, Elspeth 2016, “Irregular Migration, Trafficking and Smuggling of Human Beings Policy Dilemmas in the EU”, Centre For European Policy Studies (Ceps): Brussels. DANCYGIER, Rafaela *Immigration and Conflict in Europe*, Review by: Sara Wallace Goodman in “The Journal of Politics”, Vol. 74, No. 3 (July 2012), Published by: The University of Chicago Press on behalf of the Southern Political science association. GENOVA, Nicholas, 2010 “Deportation Regime; Sovereignty, Space, and the Freedom of Movement”, Duke University Press: Londres. MACHADO, Igor. 1999, “A Invenção do Brasil Exótico entre Imigrantes Brasileiros no Porto, Portugal”, Apresentação no GT Migrações Internacionais, XXIII Anpocs, Caxambu, Brasil 19 a 23 de Outubro.

A perspectiva analítica atrás sublinhada, envolve apreender a subjetividade do migrante de gênero e geográfico, enquanto, universo de estudo, mediante análise, não só dos seus comportamentos, culturas, estratégias e performatividades, mas também das condições que lhes são proporcionadas estruturalmente - no sentido de serem viabilizados os seus projetos de vida - ou, ao invés, as dificuldades quotidianas que derivam duma ilegalidade imposta e coerciva, criada por uma ficção que assenta na existência duma hipotética correspondência entre natureza e cultura, leia-se, entre natureza e cultura/poder dominante, que aparentemente ousam subverter e questionar, tornando-se ilegais. É o caso, por exemplo do paradigma heteronormativo e da sua capacidade de sancionar os “desvios” à natureza de gênero, que apenas concebe o binómio, masculino e feminino, escondendo a sua essência política e politizada. Tal pressupõe, a desconstrução e consequente integração de conceitos como nação, migração, globalização, país de acolhimento e *homeland*, masculino e feminino, natural ou contranatura, legal ou ilegal. Deste modo, torna-se imperiosa a sua estruturação discursiva, não como meras abstrações desprovidas de individualidade e vida, mas sim, como nomenclaturas que refletem múltiplas relações e interdependências que se consubstanciam não raras vezes, em sentimentos de pertença ou de desidentificação. Essas ambivalências socializantes, são expressas, também, pelas performatividades, através das quais esses sujeitos concretos emergem como atores/atrizes políticos e sociais, maioritariamente infra hierarquizados e na prática, desprovidos ou restringidos na sua cidadania. (Cf. Acerca da performatividade KULICK; 2003 in CAMERON e KULICK, 2006). O que nos leva desde já, a considerar que estamos perante uma problemática de direitos humanos, quando o nosso referencial de estudo é a vida, vivida e sofrida das Travestis Brasileiras em trânsitos múltiplos, orientados, também, pelo universo transnacional da prostituição.

Esta perspectiva, estimula uma abordagem que incita ao resgate dessa invisibilidade sancionatória e coerciva sobre os sujeitos, sublinhando o papel da história e das estórias no estabelecimento de novas conexões, relações e interdependências sociais. São essas diferentes estórias – multisituadas e multiculturais - que em agonística convivência, trazem à visibilidade o espaço das relações sociais, como uma arena onde se travam autênticas batalhas pela sobrevivência e luta identitária (ORTNER, 1984). Como concluiu Victor Turner, para os indivíduos ou grupos, a arena social é um tipo de processo dialético que inclui a experiência sucessiva do alto e do baixo, de *communitas* e estrutura, homogeneidade e diferenciação ou igualdade e desigualdade. A passagem de uma situação mais baixa para outra mais alta, em termos de hierarquização social é feita através de um limbo de ausência de “status”. Em tal processo, os opostos por assim dizer, constituem -se uns aos outros e são reciprocamente indispensáveis, para poderem ser cada um deles (1974:120). Ou seja, não há hierarquização entre iguais, mas sim entre diferentes, ainda que este diferente a dada altura não tenha sequer um lugar social. Este processo ocorre com os migrantes geográficos destituídos da sua estória ao atravessarem a fronteira o, que, portanto, duplamente se abate sobre as Travestis Brasileiras

em contexto de migração geográfica e de género no âmbito do trabalho sexual que desenvolvem em Portugal e Europa. Não obstante, e decorrendo do que temos vindo a afirmar, tal, não significa que esse paradigma não venha a ser ultrapassado pela capacidade agencial dos sujeitos e atividade duma academia empenhada em desconstruir estes processos.

Reiteramos, portanto, que neste quadro, é nosso objetivo sublinhar as várias subjetividades intervenientes (Cf. GENOVA e PEUTZ, 2010, DIAS, 2008, MAPRIL, 2012, MAPRIL in LECHNER, 2015:475, BOCAUYVA, MEZZADRA, 2005, 2015), num processo de encontro entre culturas e diferentes, que oscila, dialeticamente, entre o encontro e a sua criação/transformação, recíprocas (SAYAD, 1999, 2014).

A relativa estabilidade social e económica na Europa, Estados Unidos e Brasil no pós-segunda guerra mundial - que perdurou até finais do século XX - bem como o escalonamento de uma lista de países inimigos, igualmente estável e facilmente representada como tal, facilitava esse olhar ambíguo sobre os migrantes, simultaneamente ilegais e paradoxalmente úteis, e muitas vezes – enquanto, não-qualificados ou qualificados - associados a uma mão-de-obra inerentemente barata. De resto como se revelam as Travestis Brasileiras em processo de migração de género e geográfica, maioritariamente na condição de indocumentadas e trabalhadoras do sexo em Portugal e Europa. Essa estabilidade – caracterizada por um ritmo de transformação social mais reduzido e em que a socialização operava com maior sucesso na produção cultural de sujeitos, tendencialmente unos - promoveu a produção duma taxonomia, também ela estável, sobre as migrações, nomeadamente e, a título de exemplo os requerentes de asilo ou os migrantes económicos (Cf MEZZADRA e NIELSON, 2015:11)⁵. Neste enquadramento genérico, Harvey sublinha a compressão de duas categorias fundamentais de organização do pensamento e, ação humanas - espaço e tempo - relacionando-a com a pós-modernidade (1989), onde se destacam as pertenças múltiplas e a crescente desfragmentação identitária dos sujeitos, quando equacionada por comparação com o sujeito uno e clássico da pré-modernidade.

Neste contexto, as fronteiras arquitetadas como limitações geográficas, assumem a já referida dimensão de mediadoras de relações sociais entre indivíduos de diferentes países, demarcando limites geográficos/simbólicos, a partir das quais sobressai uma porosidade semi-incontrolada e, portanto, seletiva de fluxos, porém, sub-repticiamente consentida e interessada. Convém ainda sublinhar que essas taxonomias surgem num momento em que a mobilidade de populações e indivíduos, nada tinham em comum com a atual situação, em termos de dimensão e intensidade, pelo que, atualmente, mobilidade e migração são conceitos que se intersectam, conferindo ao social novas temporalidades e

⁵ Atualmente outros conceitos surgem, como migrantes climáticos, solicitantes de asilo por discriminação de género, etc. Paralelamente a pós-modernidade traz consigo no plano das migrações de género e sexo, uma profusão de classificações também a esse nível; Travestis, Crossdressers ou Transexuais, em que os próprios atores sociais reivindicam em processo dialético e performativo, a pertença a cada uma destas ou outras nomenclaturas concetuais. (LUÍS, 2018, 30-43)

espacialidades (Cf. LÉDRUT, 1979 e RÉMY e VOYÉ, 1994), que convergem em torrente sob a forma de inúmeras paisagens sociais, das quais sublinharemos as paisagens de gênero/sexo e das migrações geográficas. (as *escapes* de APPADURAI, 1990).⁶

3 AS VIAGENS DE GÊNERO

No âmbito das migrações ou turismos de gênero – processos analiticamente distintos – embora, ambos integrados no conceito de mobilidade identitária, destacam-se certos conceitos chave como os de substituição, conciliação, implicação/insinuação, redefinição ou apagamento (EKINS e KING, 2006). Substitui -se o que evidencia culturalmente um gênero, por características primárias (peito e/ou genitais, conforme a circunstância) e secundárias (penteados, cortes de cabelo, tratamento de unhas, ornamentos),⁷ que refletem a pertença a outro gênero, conciliando disparidades, apagando incongruências, substituindo ou insinuando, sinalizações e redefinindo papéis a desempenhar em consonância (GOFFMAN, 1993). De acordo com a terminologia utilizada por estes autores, a oscilação de gênero (a qual se opõe a uma mudança tendencialmente permanente, maioritariamente caracterizada pela substituição), é equiparada ao turismo, na medida em que, a substituição,⁸ sendo genericamente irreversível, detém por isso um peso irrelevante no trans-turismo, sendo suplantada neste caso por apagamentos, implicações, insinuações ou conciliações contextuais,⁹ intimamente associadas ao desempenho de papéis em espaços privados e nunca na esfera pública, a que se sucede, portanto, um regresso à esfera de gênero original em espaços públicos. É o caso das crossdressers, que vivem um feminino perfeitamente delimitado nos espaço e tempo, que se distinguem das dragqueens, por estas desempenharem as suas performances artísticas num espaço público – igualmente delimitado - porém, perante uma audiência. Ambas, não obstante, em processo diferenciado, regressam à expressão dum masculino heteronormativo, na esfera privada/pública das suas vidas.¹⁰

Ekins e King realizam, ainda, um paralelo entre migrações de gênero e o conceito de viagem (2006), sendo que a noção de oscilação entre uma casa (bio -socio -cultural de gênero) e um fora de

⁶ Analogia com as várias paisagens/*scapes* referidas por Appadurai.

⁷ Os objetos podem ser neutros, porém nem sempre o são, assumindo uma conotação de gênero. Pierre Clastres, em *Sociedade Contra o Estado*, e baseado na observação dos Guarani, verifica que a o arco e a flecha são o símbolo da masculinidade e a cesta onde se colocam os alimentos recolhidos ou caçados, simbolicamente representam o feminino. Qualquer homem que se revelasse um mau caçador, sofreria como sanção o passar a transportar a cesta em vez do arco e da flecha, vendo a sua masculinidade publicamente afetada. Este exemplo revela como cultural e circunstancialmente os objetos significam algo mais do que a sua utilidade imediata, transportam a cultura, valores e hierarquizações sociais.

⁸ Por exemplo substituindo o peito masculino, pelo feminino através da aplicação de silicone.

⁹ Na verdade, estes conceitos expressam apenas uma tendência observável, visto que nas migrações de gênero/sexo também se constata apagamientos e conciliações. O ato de insinuar pode em certos casos traduzir a ação de enganar ou fingir, nomeadamente quando travestis numa fase pré -cirurgia, colocam enchumaços nos peitos ou no rabo (ALENCAR, 2007). Como se diz na gíria, aprendendo a dar o truque. (PELÚCIO, 2005)

¹⁰ Tudo o que indica a pertença à categoria política homem e conseqüente gênero socialmente estruturado deve ser conciliado e/ou apagado, e tudo o que indica a pertença à categoria mulher deve ser implicado/insinuado. (EKINS e KING, 2006, 100). Neste caso, estamos perante diferentes dimensões de espaço público e privado. O espaço público do desempenho artístico, não deixa de revelar uma relativa preservação do espaço privado da intimidade no que concerne às Drags, enquanto o espaço privado das crossdressers, o é na plenitude, visto que a sua performance não é artística.

casa (metaforicamente um contexto de acolhimento), sublinha a diferenciação que se estabelece entre migração e turismo. A primeira implica uma mudança, sem regresso previsível a casa; a segunda, uma viagem transitória que assume como sua condição prévia, um implícito retorno a casa.¹¹ Uma casa, que na verdade nunca se chegou a abandonar. Numa primeira dimensão, muda-se de casa, na segunda, fazem-se as malas e parte-se com um bilhete de ida e volta, perfeitamente situado no tempo e espaço. Nesta segunda perspetiva, o turismo de género implica práticas extraordinárias propiciadoras de novas experiências – desejáveis e apetecíveis para os atores/atrizes sociais – por oposição a uma migração em que essas práticas extraordinárias se convertem em práticas quotidianas, substitutivas das originárias que tendem paulatinamente a apagar (EKINS e KING, 2006, 98 -99). São, portanto, tornadas para sempre públicas e expressão afirmativa duma identidade que se assume e reinventa. Tal como nas migrações geográficas, também nas mobilidades de género, o turismo é, enquanto processo de invasão e trespassse de fronteiras por corpos e sujeitos estranhos, melhor, tolerado, que as migrações de género. No caso das Travestis brasileiras, tal processo é acentuado por conceberem no seu pénis um agente primordial das suas performatividades sexuais e sociais – quebrando o paradigma cissexual. Desta forma, exponenciam o impacto perante o olhar alheio, da incongruência heteronormativa patente na descontinuidade entre sexo e género. A transgressão implica uma consequência, a aplicação, de uma sanção, sobre o antinatural e inaceitável. A norma é a cissexualidade e não a descontinuidade entre sexo e género.

Como podemos verificar, há neste âmbito, certas regularidades que podemos apontar nas migrações de género e geográficas. O sair de casa e atravessar fronteiras, para além duma escala objetiva e física, encerra valorações simbólicas que lhe pré-existem e que se abatem sobre os atores sociais que de algum modo ousam empreender essa Transposição/Transgressão - sob a forma de sanções sociais dum sistema que lhes reduz possibilidades agenciais através de evidentes coações na sua cidadania. A verdade, é que antes de serem cidadãs, são simbólica e socialmente produzidas como ilegais e transgressoras. Esse processo, na prática traduz uma situação em que essa cidadania enquanto recurso social, lhes está vedada a partir da migração que decidiram empreender. Aparentemente podem desafiar a estrutura e suas fronteiras, lutando até por recursos simbólicos, identitários e financeiros, que são por definição escassos e objeto de relações de poder que determinam quem a eles pode aceder, estratificando grupos e indivíduos, e numa outra escala, sociedades (Cf. COLEMAN, 1990 e BOURDIEU, 2002).¹² Não obstante, a inclusão pela exclusão, parece-nos evidente. Quando estabelecemos este paralelo entre migrações, parece-nos curial integrar as Travestis Brasileiras nas migrações ilegais, dos sem papéis ou indocumentados em ambas as aceções aqui abordadas, geográficas e de género. Sendo que, para este efeito e baseados nos testemunhos que nos

¹¹ A casa antropológica, centro de referências históricas, culturais, relacionais e afetivas.

¹² Para Coleman os capitais sociais residem nas relações sociais, para Bourdieu nos indivíduos.



foram fornecidos, Travesti é quem mantém o pênis, não se constatando, portanto, a migração de sexo, geralmente melhor aceite, porque agenciada por atores sociais tendencialmente com maior capital financeiro e que comunicam para o exterior a “coerência” entre sexo e gênero, reforçando de alguma forma as normas e a “natureza” do sistema heteronormativo. Ainda assim, Pelúcio e Miskolci argumentam relativamente à performatividade travesti, existir mais do que apenas subversão ou confirmação da heteronormatividade, ao refletir a sujeição a parâmetros heteronormativos que lhes permitam, também, a auto-inteligibilidade, enquanto, seres humanos e sociais (2007, 264). É portanto, desta necessidade de “fazer sentido” que a performatividade Travesti surge como veículo de viabilização identitária, para as próprias e perante a sociedade. No dizer de Kulick, “Performance é algo que o sujeito faz. Performatividade por seu turno, é o processo através do qual o sujeito emerge” (2003 in CAMERON e KULICK, 2006, 286).

4 TRAVESTIS; CORPO, CULTURA E PERFORMATIVIDADE - A EMERGÊNCIA ESTRATÉGICA E NEGOCIADA DO SUJEITO

Em consonância com o argumento que temos vindo a tricotar, performatividade é tudo o que os sujeitos elaboram estrategicamente para se produzirem enquanto tais, e para se posicionarem num espaço e num tempo sociais, perante si e perante os outros. Discurso, postura, gestos, falas, linguagens ou fronteiras simbólicas constituem-se como meios essenciais a esse processo de afirmação. As ações discursivas dos atores sociais, mais ou menos concertadas, mais ou menos legitimadoras e legitimadas, mais ou menos evidentes ou implícitas, autorizadas ou proibidas, constituem-se como performatividades e, simultaneamente, como formas de linguagem que elevam o indivíduo ao plano da comunidade, promovendo a orfandade do âmbito restrito da mera performance isolada, desligada de um contexto social vasto, apenas sinalizadora dum determinado posicionamento socio-antropológico individual, que não aproveita à sua afirmação política e coletiva. Performatividade no nosso trabalho pressupõe, destarte, um contexto comunitário e político, que confere dialogicamente sentido às práticas e inteligibilidade aos atores sociais que as colocam em prática, mediante relações e práticas reiteradas – embora fluídas e transitórias – num enquadramento, mais ou menos restrito de indivíduos, que se encontram por esse motivo unidos por traços identitários comuns e discursivamente orientados num sentido de pertença. Um indivíduo que nas suas práticas e interações àquelas associadas, não seja entendido pelo outro e que como tal, não esteja disposto a entender o outro mediante processo similar, não emerge como sujeito em interação e ator político. É portanto, neste ponto, que a dimensão política da identidade individual exige grupo social ou comunidade – mediante identificação, partilha ou negação/contestação – e espelha um processo de exteriorização pública, reivindicativo dessa mesma identidade grupal, não obstante, distinta das identidades individuais que a formam. Assim, o corpo sinaliza e legitima as aspirações dos sujeitos perante a estrutura, outras

subculturas ou perante si mesmos e seu grupo. Alguns aspetos sobressaem desta dimensão do corpo legal ou ilegal:

1. O uso de mecanismos tecnológicos que atuam sobre o corpo – transformando-o – permite por esse meio integrar os indivíduos numa ou noutra classificação estrutural e, paralelamente, fornece-lhes os referentes para se auto entenderem e serem adequadamente percecionados como sujeitos com um *topus* social na relação consigo próprios e na relação com os outros.
2. A legitimação de uma determinada classificação concetual de transexualidade pela medicina, faz sobressair notoriamente o fato de que esta categoria se encontra nessa perspetiva, enquadrada na estrutura, porque por ela autorizada e macro socialmente criada, enquanto categoria que promove a continuidade entre sexo e género.
3. A natureza ilegítima/ilegal de uma construção de género travesti no modo como atravessam fronteiras – em que sexo e género não correspondem – descontinuidade – nem os indivíduos estão interessados em que corresponda – constituindo-se até como parte essencial do exercício do trabalho sexual - colide de forma evidente com o poder, demonstrando a viabilidade agencial dos atores sociais que assim, colocam em causa instituições seculares como o patriarcado, a heteronormatividade, a misoginia ou o androcentrismo.

Neste sentido, o corpo, enquanto, expressão cultural e linguagem, é um agente de reivindicação, luta e transformação, pelo que, as Travestis Brasileiras não são passivamente representadas como corpos ilegais e sujeitos contranatura. Reivindicam o seu direito a um *topus* social e fazem-no ao alternar ciclos de abertura e fechamento a uma estrutura que, inadvertidamente, lhes proporcionará oportunidades; identitárias e financeiras. Esse contexto político em que se esgrimem diferenças, pode envolver negociação, reivindicação e execução de estratégias com vista à prossecução de fins sociais e culturais comuns (reconhecimento institucional, luta por direitos, etc.), dos quais, não se excluem emoções e expectativas, sofrimento ou prazer.¹³ Neste sentido, a performatividade pode produzir idiossincrasia de grupo ao instituir discursivamente as performances de género expectáveis, do indivíduo perante o grupo. É num contexto globalizado, potenciador de transnacionalismos vários, que as performatividades Travestis alcançam sob uma perspetiva teórica maior riqueza e sob uma dimensão simbólica e normativa, uma imagética de representações polissémica. Neste enquadramento e sob uma perspetiva estrutural, sublinha-se a profusão de interações multisituadas das Travestis Brasileiras, que imprimem através deste processo,¹⁴ instabilidades várias, quer à estrutura, quer às práticas que com ela

¹³ Toda e qualquer grelha analítica a usar no âmbito das ciências sociais não deve denegar a relevância das emoções, desejos e frustrações.

¹⁴ A estruturação de Anthony Giddens situa-se entre o estruturalismo e o agencialismo, na medida em que atribui a ambas a capacidade de se coproduzirem socialmente. O sujeito pós-moderno de que consideramos serem as Travestis Brasileiras

se relacionam dialogicamente, por oposição, confirmação ou, tão só, e simplesmente, flutuação estratégica. Neste sentido, o construtivismo que se revela em Butler (2007) um mimetismo linear de práticas (Cf. Namaste, 2000), assume inequivocamente para a autora, o carácter inventado, reinventado e naturalizadamente ficcionado do género, enquanto, produto e expressão social que emerge no âmbito dos limites estruturais, ancorados a um determinado espaço e instituídos num certo tempo sob a forma de discurso.¹⁵ Atento a esta teoria da performatividade, Kulick contextualiza-a no interior de grupos específicos, prestando especial atenção à produção dos discursos (gírias), bem como à sua imbricação nas performances e posteriores performatividades, integrando esse linguajar próprio de cada grupo (gíria), no âmbito dos comportamentos sociais por ele abrangidos e respetivas estratégias identitárias (1998). Este conceito de performatividade, revela-se condição para a emergência dos atores/atrizes sociais como sujeitos políticos (KULICK 2003 in CAMERON e KULICK, 2006).

5 PERFORMATIVIDADE, CORPO E OBJETOS. A PRODUÇÃO DO GÉNERO

No contexto travesti, a incorporação de modelos de subjetividade – que ligam de forma idealmente coerente, género, sexualidade, personalidade e emoções – ressurge quando as travestis se auto elaboram como pessoas e sujeitos em múltiplos contextos relacionais, reinventando significados e instituindo eficácias que legitimam grupalmente as suas práticas e performatividades (LUÍS, 2018). Essa multiplicidade de contextos relacionais exige das travestis uma plasticidade e fluidez de desempenhos (mesmo no uso do corpo no trabalho sexual - enquadrando-o alternadamente no idioma simbólico do passivo e ativo) - que refletem uma relação ambivalente, desenvolvida e mantida com a estrutura,¹⁶ na qual, apesar de tudo, encontram os recursos e capitais necessários à sua viabilização, enquanto, sujeitos Trans, duplamente migrantes. Estes desempenhos, encontram na linguagem e nos seus corpos transformados, referentes que organizam a experiência concreta ao estruturar as suas práticas de um modo que pretendem credível, para si mesmas e para os outros, em contextos e circunstâncias variadas – Travestis, Brasileiras, migrantes de género, migrantes económicas e

um caso paradigmático, usam a sua capacidade crítica e reflexividade para questionar a estrutura (1983), ao contrário das sociedades tradicionais sobre as quais Bourdieu se parece debruçar ao conceber um *habitus* forjado com sucesso, mediante socializações sucessivas em campos sociais previamente autorizados pela estrutura, o que, condicionava em muito a possibilidade de mudança. (2002)

¹⁵ Quando argumentamos no sentido de que esse carácter inventado do género, enquanto construção social, pode ter transpirado involuntariamente em Butler, fazemo-lo porque figuras discursivas e retóricas não constroem ou inventam algo, quem o faz são sujeitos reais e esses estão presentes em Kulick (1998), mas dificilmente podem ser descortinados em Butler (2007). Mais, o género como *social doing* envolve não só atores sociais concretos, como também a interação entre eles. (KESSLER e McKENA, 1978 e ZIMMERMAN E WEST, 1987)). Esta observação não retira a Butler o enorme mérito revelado nos seus trabalhos.

¹⁶ Para Garfinkel (1967) e para esquemas de pensamento socialmente dominantes nos dias de hoje, a viabilidade social só é possível quando existe correspondência entre sexo e género. Sob um ponto de vista estrutural, o processo que leva a que alguém se torne num transexual, é no fundo um processo que procura a correspondência entre sexo e género e a eliminação de incongruências. Noutro sentido e como já verificámos anteriormente há autores que enquadram a transexualidade fora da sua produção enquanto categoria médica, e nesse sentido a cirurgia aos genitais não é condição para que alguém expresse uma identidade de género transexual. (Cf. SALEIRO, 2013)



trabalhadoras do sexo. Sublinhe-se ainda, o facto de a maioria das nossas interlocutoras, serem provenientes de famílias onde os recursos materiais são escassos (KULICK, 1998, 38, PELÚCIO, 2006, 524). Este condicionalismo, poderá explicar a apetência futuramente evidenciada no desejo de atingir conquistas materiais, enquanto migrantes geográficas e atrizes sociais Trans. Como nos confidenciaram duas Travestis Brasileiras que entrevistámos; “eu também tenho os meus objetivos, eu quero ter a minha casa, as minhas coisas, entende?” (Júlia Vellaskez) Ou nas palavras de Armanda Parllatori quando descrevia o momento em que saiu de casa: “*quero ter minha casinha, minhas coisa!* Aqui não vou ter nada!” Assim, tal como os outros migrantes, quando as Travestis Brasileiras emigram, pretendem melhorar de vida e ascender social e economicamente, e, se possível, ajudar as suas famílias - mais uma vez revelando afinidades com outros segmentos migratórios.

A independência financeira e a emancipação, é algo que surge no plano da conquista da adultidade, adultidade essa profundamente conotada com o trabalho sexual, na maioria das vezes a única forma de o atingirem e condição para a superação do quadro de pobreza generalizada em que maioritariamente se encontram mergulhadas (Cf. Pelúcio, 2006, 527 e Luís, 2010 e 2018):

Morava numa casa que só deus sabe como era...metade da porta existia para cima, debaixo não existia. Ratos e mais ratos, sapos, água no chão... um barraco de madeira, molhava tudo quando chovia, quando ventava *as telha* voava... terreno imenso... e assim por diante e eu tou aqui! (Felina)

Porém, a prostituição, privilegia quem tem corpo feito, imprimindo regularidades constatáveis nas suas práticas. Nomeadamente, um perfil travesti de constante atuação sobre o corpo que Lopes designou por “metáfora da transitividade e fluidez inscrita nas sexualidades contemporâneas.” (2002, 68). Esta forma de afirmação social, reflete ainda uma busca interminável por uma coerência ontológica, ainda que esta assente em práticas altamente mutáveis – que, precisamente por o serem, geram instabilidades performativas, quer no *self*, quer no interlocutor não-travesti, com quem interagem em diversos palcos e múltiplas geografias. Tais enquadramentos - nos quais por vezes impera alguma ambivalência - são resolvidos pelas travestis, recorrendo à linguagem verbal e não-verbal, mediante as quais, buscam legitimidade e autenticidade para as suas especificidades identitárias e performativas. Não obstante, contraditoriamente, esta mutabilidade de práticas que repousa em enunciados discursivos fluídos, torna-se um traço identitário estável em que assentam as suas estratégias de ação e sobrevivência. Enquanto, que, por exemplo, nas drag-queens ou crossdressers, detetamos uma mutabilidade reversível por definição, dado o carácter socialmente extraordinário das suas viagens, nas travestis a mutabilidade e transitividade são uma prática ordinária do quotidiano, visto que se tornam irreversíveis - substituição.¹⁷ De alguma forma, parte das bases

¹⁷ A marginalidade instituída das travestis como mulheres desviantes sublinha e reforça as normas sociais de género, mas paralelamente evidencia o carácter construído do género ao desafiar fronteiras ou redesenhando-as. (Cf. JENSSEN, 2003, 97)

fundacionais dessa nova casa identitária, são viabilizadas por essa fluidez. Assim, o caráter inacabado do “fazer” e “refazer” do corpo,¹⁸ enquanto, veículo de linguagem, reflete essas instabilidades e gera uma eficácia dupla. O corpo não é apenas uma linguagem por si próprio, é também, objeto e condição da produção de um discurso sobre si. Neste sentido, o corpo não enquadra apenas as experiências enquanto linguagem que as reflete e organiza. Converte-se ele próprio em experiência estruturada pela linguagem.

(...) o corpo é uma construção sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc. Não é, portanto algo a priori, nem mesmo universal: o corpo é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que cria sobre os corpos, os discursos que sobre ele se produz e reproduz. (GOELLNER, 2003, 28)

Dessa arte, corpo e linguagem emergem como elementos basilares da construção da narrativa identitária travesti ou nas palavras de Ekins e King, do *gendering*, um processo inacabado e contínuo de fazer gênero, gerido na e pela multiplicidade de interações diárias (2006) – a família, o *marido*, as *manas* ou o cliente. Como nos relatou Verónica Vellaskez:

O silicone... o silicone é como uma droga, a gente nunca se sente bem como está, quer um pouquinho ali, quer outro pouquinho ali, nós não queremos ficar iguais às mulheres, nós queremos ficar melhor que as mulheres... “gente” procura ter umas pernas perfeitas, uma bunda perfeita, um quadril bonito, uma cintura fina, uns peitos belos. Quer dizer, nós não queremos ficar iguais às mulheres, queremos ficar melhor! Então eu ao dizer que tem que ter um retoque para cá, tem que ter um retoque para ali, sempre a dar uns retoques.

De alguma forma, o “fazer -se” travesti implica um “ir-se fazendo” travesti (DANTAS, 2018) – um processo de *gendering* (EKINS e KING, 2006) – uma tarefa em que o corpo assume de forma evidente a sua dimensão culturalmente manipulada e simultaneamente biográfica - presente e futura - e, paralelamente, revela uma componente fenomenológica expressa na relação do sujeito com o seu próprio corpo e com o corpo do outro. Neste âmbito, citar as práticas é fazê-las emergir como ações de sujeitos políticos (COATES, 1998, 301), num determinado *campus* social (BOURDIEU, 2002) e, desse modo, produzi-las, enquanto atores/atrizes sociais travestis - reais e não meras figuras retóricas ou discursivas. Este carácter socialmente produzido do gênero, aponta colateralmente, para essa mesma natureza processual e socialmente/discursivamente construída da heteronormatividade, espelhada no modo como adotam reversamente o discurso dominante hétero. No mesmo sentido, Eckert e Mc Connell-Ginet, sustentam que a linguagem é um veículo de simbolização; ela investe ou desinveste os sujeitos de poder, conota-os e, arruma-os ou, ao invés, desestabiliza-os, através dessa mesma conotação ou denotação, hierarquizando, estratificando, ilegalizando ou subalternizando. A

¹⁸ Cf. Zimmerman e West (1987) e o *doing gender*. Para estes autores o gênero é uma estrutura e não um papel social. No nosso entender o gênero constitui um princípio estruturante, toda- via como construção/expressão social apresenta igualmente uma dimensão estruturada a que correspondem papéis sociais e estatutos.

performatividade, existe, portanto, porque o discurso e a estrutura lhe conferem inteligibilidade (1992, 483). Por sua vez, esse discurso emerge num sistema de interações concretas, as quais, ao serem citadas e performatizadas, colocam o sujeito no plano da existência social e política - reforçando paralelamente, um determinado esquema de relações e pensamento instituído, ainda que, aparentemente através da sua subversão. Em suma, instituem, reproduzem ou produzem um modelo, atualizando-o contextualmente, mediante hierarquização flutuante de pessoas e valores.

No desenrolar deste processo, a linguagem pode ser utilizada como um marcador de inclusão do “outro” no grupo ou de autoexclusão de grupos constituídos pelo outro/s. Num enquadramento marcado por aberturas e fechamentos a contextos socio-estruturais majoritários, Marcos Benedetti ao trabalhar com travestis em Porto Alegre (2005), considerou que as mesmas, no decorrer desse processo de procura duma auto-legitimação ontológica, têm procurado operacionalizar através da linguagem, uma tentativa de naturalização da sua travestilidade, indo ao encontro de uma causa biológica para a sua expressão de género e desejo erótico. “Não é uma opção, é algo que nasce com agente”, afirma Júlia Vellaskes, convergindo, involuntariamente, para a representação da sociedade relativamente a elas, como padecendo de uma psicose, patologia ou anomia – desvio da natureza.¹⁹ Não obstante, e em simultâneo, verifica-se por esta via a elaboração de uma entre muitas outras estratégias, concebidas e acionadas pelas Travestis Brasileiras com o intuito de obstar à estigmatização de que são alvo. Torna-se evidente que “O corpo da Travesti é um *devir*” (Dantas, 2018, 124).

Neste quadro, o uso da naturalização – que buscam, também ao fazer o *corpo* - pretende a legitimação nos mesmos moldes em que se fundamenta a heteronormatividade – a norma ficticiamente elevada ao plano da natureza – o que nos reconduz ao ponto de partida deste tópico; a linguagem e o corpo feito constituem-se como catalisadores dessa expressão naturalizada de género.

Numa outra escala, são as transexuais que - nos depoimentos recolhidos - concebem na naturalização um modo de se diferenciarem das travestis, afirmando que ser travesti é uma opção, ao contrário do que sucede com elas/eles, que nasceram assim. Nesta perspetiva biológica/naturalizada, a mulher nasce mulher – ao contrário do argumento de Simone de Beauvoir, segundo o qual ninguém nasce mulher, mas sim, torna-se mulher (in BUTLER, 2007, Cf. SANTOS, 2006). Contrariando este argumento construtivista de Simone de Beauvoir, a perspetiva naturalista assume que o ser não é uma opção. Assistimos, no primeiro caso a um resinificar estratégico e a um operacionalizar pragmático (ainda que possa ser inconsciente) de instrumentos identitários, explicáveis face ao fato de tanto as identidades, como as experiências, serem conceitos variáveis e posicionais (HALL et all, 1996, HALL in SILVA, 2000, KULICK 2003 in CAMERON e KULICK, 2006). A identificação contextual do posicionamento dos sujeitos na interação, permite descortinar os repertórios convocados para a construção e afirmação das suas identidades. Como tal, os indivíduos estão organizados

¹⁹ Em maio de 2019 a Transexualidade deixa de ser considerada transtorno mental pela Organização Mundial de Saúde.

discursivamente e nas suas práticas de forma contextual (SCOTT, 1994, 18), segundo normatividades simbólicas e não simbólicas – maioritariamente não representadas como tais, mas sim, como natureza - buscando por esse meio alcançar um *topos* social, uma inteligibilidade “objetiva” para a subjetividade do concreto. Existe, portanto, no caso Travesti uma distorção da lei/normatividade heterossexual, que ambígua e reversamente se constitui como referente dessa subversão (Cf. FOUCAULT, 1978 e o discurso reverso). Essa ambivalência, depende da execução circunstancial de estratégias e do posicionamento concreto e situacionalmente estruturado das mesmas face à estrutura, perante a qual, se pretendem legitimar a vários níveis e em diversas escalas do agenciamento do concreto. Neste sentido Kulick afirma ter documentado:

Como as travestis pensam e estrategicamente organizam as suas vidas, em termos que invertem, distorcem ou reordenam configurações de género, de um modo que para o outro não travesti se revela inimaginável. (1998:191).

Todavia a existência de referentes que fazem do género aquilo que ele é, em determinado momento – também na vertente cultural do corpo – é para alguns autores que subscrevemos, decorrente da importância da história no estudo, institucionalização e desempenho socialmente integrado da categoria género (Cf. SCOTT, 1994, 1995, 1998). A identidade de género, enquanto constructo cultural e expressão social, torna-se assim mais rica e polissémica que a identidade de sexo, confinada à genitália. Por isso, alguns autores sublinham que a psicanálise “segundo a apreendemos, destitui o sexo anatómico da garantia de direção inequívoca para a constituição psíquica.” (LIONÇO, 2006, 2). Para tal tornam-se essenciais às travestis as já referidas ações tecnológicas sobre seus corpos, como forma de sinalizar e comunicar as suas diferenças ou convergências:

Neste sentido, as dimensões psíquicas e simbólicas convertem-se em vetores que conferem enquadramento à experiência do corpo, à história nele escrita e inscrita (BUSSINGER, 2008), atribuindo às ações e discursos uma notável plasticidade, constatável de resto, na fluidez com que as travestis se elaboram narrativamente em diversos palcos. (LIONÇO, 2006

6 SISTEMAS SEXO E GÉNERO; REFERENTES DO IDIOMA PERFORMATIVO TRAVESTI

Para Gayle Rubin, a estrutura psicossocial dos indivíduos é formatada pela experiência, experimentada na relação com os outros – principalmente numa fase mais pueril do desenvolvimento do indivíduo – assim como, a própria experiência é condicionada à partida pelo sistema de comunicações e processamento de informação neuronal, que a experimenta, conhece e reconhece, segundo o seu padrão bio-neuronal – dinâmico – de apropriação dos objetos com que interage. No aspeto cultural das políticas do sexo e género, a autora designou este processo por sistemas sexo e género.



Mediante os quais, um conjunto de convenções modela material biológico em estado bruto, por ação da intervenção e interação social, transformando e moldando cultural e politicamente fatos como a sexualidade humana ou a procriação. Tais processos tornam a sua satisfação possível em moldes convencionais, independentemente de quão bizarras possam ser essas formas de satisfação e as convenções que as legitimam. (RUBIN 1975 in LEWIN, 2006:90)

Na história recente, quebrou-se a continuidade entre sexo e gênero, o que aportou duas consequências imediatas. O gênero pode ser expresso socialmente de forma não cissexual e a sexualidade enquanto parte do comportamento humano, tornou-se independente quer do gênero socialmente construído e expresso, quer do sexo com que se nasce. Foi e é socialmente fraturante este exteriorizar de descontinuidades, pelo que, como temos vindo a verificar, implica que nas performatividades esteja presente um elemento analítico de superior relevância; a identidade (e o sentimento de pertença).

O argumento de Kulick, que sublinha a diferença entre identidade - que na sociolinguística e na linguística antropológica nos é traduzida, enquanto, maior ou menor consciência de um determinado posicionamento sociológico - e identificação - que reflete um processo ou conjunto de operações através das quais o sujeito é constituído como tal em interação (KULICK 2003 in CAMERON e KULICK, 2006, 293) - parece-nos de alguma forma equiparar-se à de performance e performatividade, em que a segunda nos deixa entrever, como as falas e comportamentos das Travestis Brasileiras na relação entre si e com outros atores/atrizes sociais, nos permitem descortinar o processo como antropologicamente, o sujeito se produz e é coproduzido pelos outros. Desta forma, é também a performatividade que nessa interação, reflete processos de identificação e desidentificação bem como e, paralelamente, as normatividades que regulam essas relações e as dinâmicas de poder omnipresentes. O outro, torna-se, portanto, essencial na construção do eu, diferente. Ou seja, a identidade passa a dada a altura pela incorporação da alteridade que rejeita, por vezes aniquilando-a.

Neste panorama de relações e interações sociais secularmente instituídas, em que o gênero é maioritariamente a divisão social dos sexos e um processo de diferenciação face às outras categorias transgênero, bem como aos seus posicionamentos perante a estrutura, salientamos o fato de as travestis se afirmarem na primeira pessoa como categoria não cissexual, refletindo nas suas práticas e expressões de gênero - androgínicas - a autonomização dos sistemas sexo e gênero concebidos no plano teórico por Gayle Rubin (in VANCE, 1984). Já as transexuais, por seu lado, definidas e por vezes autodefinidas a partir da medicina, procuram a reconciliação entre sexo e gênero, através da cirurgia, enquanto, as crossdressers ou as dragqueens,²⁰ pretendem viver de forma compartimentada os dois gêneros estruturais, de alguma forma reconhecendo-os como independentes e não misturáveis no plano identitário. Como já dissemos, estas categorias Trans são também elas negociadas e renegociadas pelos

²⁰ As dragqueens embora nas suas performances se apresentem de forma ambígua, retornam à sua identidade masculina fora desse âmbito, não misturando o que é performance artística e o que é identidade.

próprios indivíduos, nunca correspondendo na plenitude, o indivíduo isoladamente considerado, à categoria que nasce da dialética mantida com a estrutura e que resulta numa abstração concetual ou figura retórica que os classifica.

Assim, o que salientamos na comunidade Travesti Brasileira que abordamos, é o facto de não serem apenas um grupo com expressão de género ou orientação sexual minoritárias, fato que lhes confere traços identitários que emergem de múltiplos planos do social e nos permitem auscultar-lhes regularidades bem vincadas em diversas vertentes. Por um lado, assentes numa androginia que não significa querer ser mulher ou, num certo sentido, no querer deixar de ser homem, mas sim, ser ambos ou até mais do que ambos.

7 CORPO E SILICONE. CORPO É LINGUAGEM E CULTURA E, O SONHO É A EUROPA

O silicone desempenha no âmbito da narrativa travesti uma importância fulcral e sendo em grande parte o motivo que desencadeia a sua mobilidade, desde logo entre cidades brasileiras, constitui-se igualmente como um marcador hierarquizante nas relações estabelecidas entre as próprias e entre elas e a estrutura. Em 2011 Day L. fala -nos duma outra travesti. Nomeadamente, Kamila Garcês, habituada a *rodar* nas ruas de São Paulo e segundo Day L. muito mais agressiva no trato com outras travestis e clientes. Aqui, expomos com a devida autorização prévia – de resto como em todos os casos - o diálogo inicial que manteve com Kamila, quando já em Portugal dividiram pela primeira vez casa:

Kamila Garcês – Deixa beliscar sua bunda!
 Day. L. – Belisca Mulher!
 Kamila Garcês – Você tem silicone na bunda e nas pernas!
 Day L. – Tenho não!
 Kamila Garcês – Travesti sem silicone, não é travesti!
 Day L.- Tomo hormónios desde pequenininha, isto nasceu comigo!²¹

Este enunciado discursivo, revela não só a busca de autenticidade na expressão de género mediante sinalizações culturais no corpo, mediada pela aplicação de silicone, mas também, por parte de Day L. a naturalização do discurso (Cf. FOUCAULT, 1978 e o discurso reverso) com vista a justificar em termos biológicos o ser travesti. Segundo este posicionamento naturalista, que como vimos, contradiz os argumentos construtivistas, tudo nasceu com ela e apenas toma hormonas femininas – o que, na maioria das vezes corresponde a períodos das suas vidas que precedem a aplicação de silicone, mas que todavia, se constituem como recursos cumulativos numa fase pós silicone; alterando o tom da voz ou fazendo com que o peito cresça ligeiramente.²² Tanto os hormónios

²¹ “a lei não é simplesmente uma imposição cultural sobre uma heterogeneidade social inata, ela exige também conformidade com a sua própria noção de natureza.” (BUTLER, 2007:143 -144)

²² Daí que algumas travestis no âmbito da indústria do sexo (nos seus anúncios) façam referência ao facto de terem peito hormonizado, por oposição ao peito de silicone; no entanto, a maioria e numa fase inicial da sua montagem/transformação,

femininos, como o silicone, são geralmente conseguidos em mercados ilegais e paralelos. A ação tecno-mediada sobre os corpos travestis tem vindo a ser realizada, tendencialmente fora do patrocínio e legitimação médica, ao contrário do que se verifica com os corpos de transexuais medicamente “autorizadas”.²³ No contexto travesti e fora do âmbito da chancela médica - durante a realização da nossa tese de doutorado - constatámos a presença recorrente em casa de Verónica Vellasquez,²⁴ no Porto, dum farmacêutico ou as suas constantes ligações telefónicas, procurando novas travestis para prestação de serviços sexuais em troca da facilitação do acesso a hormonas, preservativos ou géis lubrificantes. Esta predominância da clandestinidade, faz com que no âmbito do trabalho sexual a maioria recorra ao *bombar* de silicone “na mão” de *cafetinas*, não só como condição de admissibilidade no grupo, na cidade (quando ainda estão no Brasil), na rua ou na categoria de travestis legítimas, mas também por não possuírem os recursos económicos necessários para realizá-lo noutras condições. Há, no entanto, exceções; ocorrem noutras fases das suas carreiras como travestis e trabalhadoras do sexo, correspondendo maioritariamente a momentos do seu percurso em que já se encontram na Europa e apenas com aquelas que atingiram algum sucesso. O recurso às cirurgias no âmbito da legalidade ou da ilegalidade, opera portanto, estratificação, resultando também de uma diferenciação socioeconómica prévia. Fernanda, residente no Porto desde 2005,²⁵ desloca-se em 2011 a Miami para realizar uma série de cirurgias a várias partes do corpo, rosto incluído. Não obstante, fê-lo quando já se encontrava estabelecida em Portugal há alguns anos e após ter obtido sucesso com a clientela (e não numa fase inicial da sua carreira). Coincidindo essa opção, com uma fase em que a medicina estética tinha atingido um grau de desenvolvimento não observável, por exemplo na década de 80 do século XX, quando se iniciaram as primeiras *bombações* em Curitiba (KULICK, 1998). No mesmo sentido, Vanessa Nobre conta-nos como ao viajar pela Europa, realizou 3 plásticas em 20 dias. Há portanto uma diferença observável, a transformação quando iniciada no Brasil tende a ser realizada no domínio da clandestinidade, enquanto, que, se essa transformação for iniciada na Europa, tende - a partir de determinado momento do projeto migratório de género e geográfico - a processar-se com recurso à cirurgia plástica, cumulativamente com as intervenções clandestinas sobre o corpo, predominando estas, numa fase em que se constata ainda a detenção dum reduzido capital financeiro. A razão desta diferença, reside essencialmente nos meios económicos de que dispõem, num ou noutro local. Não obstante, parece-nos que o recurso a cirurgias plásticas vem ganhando terreno às *bombações*,

esconde o facto de ter peito hormonizado, enquanto, que, as travestis montadas aparecem nos anúncios com os peitos desnudados. O peito hormonizado nos anúncios é geralmente objeto de apagamentos e insinuações. Apagam um peito masculino através da insinuação da existência de um peito feminino, geralmente com recurso a roupa íntima adequada à circunstância, o soutien. (Cf. EKINS E KING, 2006)

²³ Assistimos a uma certa medicalização do social.

²⁴ Adriana foi a nossa principal aliada nesta incursão no mundo das Travestis Brasileiras em contexto de trabalho sexual e migratório. Faleceu a 19 de janeiro de 2019 após uma queda que provocou o deslocamento do silicone que durante décadas aplicou, culminando numa infeção generalizada que tornou inevitável a sua morte precoce.

²⁵ Ainda vive e trabalha no Porto.



principalmente no que diz respeito às travestis mais jovens, que continuam a chegar a Portugal em 2020. Algumas delas, que chegando à Europa ainda sem corpo feito e muito jovens, assumem desde logo como objetivo, o prostituir-se para iniciarem a sua transformação. Algo, que há alguns, anos atrás, e ainda no século XX, não acontecia. Nessa altura – nos anos 70 – as travestis chegavam à Europa via Itália e França, com os corpos feitos exclusivamente de forma artesanal e ilegal. Não obstante, em 2020 as *bombações* não desapareceram e pode afirmar-se que coexistem ainda com as cirurgias plásticas.²⁶

No que concerne às *bombadeiras*, geralmente quem aplica silicone já se submeteu a esse mesmo processo e nas mesmas condições (Cf. ANDRADE e MAIO, 1985), reproduzindo uma dinâmica social em que ser *bombada* significa o início da aprendizagem para um dia poder vir a ser *bombadeira*. Em muitos casos, uma *bombadeira* começa também por aplicar em si mesma o silicone, “já coloquei em mim mesma nas nádegas, nas pernas. Tem que ter sangue-frio, não é?” – Risos – “mas a gente passa por tanta coisa mais difícil na nossa vida e sobrevive, isso aí não é nada!” (Verónica Vellasquez). O acesso a estes recursos é seletivo no âmbito brasileiro e surge geralmente associado ao ser-se *cafetina* e/ou chefe de rua, poder cobrar multa – exercer o pedágio – a outras travestis ou clientes, ou seja, ser detentora dum certo capital social de prestígio dentro do grupo. Enfim, um posicionamento assimétrico e supra hierarquizado na interação – por isso com relações de poder implícitas – com outras travestis, indicador também de um diferente estatuto no grupo resultante de alianças contextuais estabelecidas na rua e do acesso e acionar de um leque mais amplo e variado de recursos sociais disponíveis e acima de tudo, acessíveis (BOURDIEU, 2002). Essa manipulação de capitais sociais, apenas efetivo no domínio das interações, aproxima os indivíduos da gestão de recursos seletivos e não disponibilizados a todos. Assim, Verónica Vellasquez ao angariar *manas* através da troca de informação sobre um cirurgião que conhecia em São Paulo a quem ela própria recorria para ser *bombada*, foi aprendendo através da observação das aplicações de silicone realizadas nas suas amigas e nela própria. Já no Porto, diz-nos: “até hoje se aparece aqui uma amiga eu faço, porque antigamente isso dava muito dinheiro, até hoje dá, quando elas procuram para a “gente” fazer.” Todavia, afirma que em Portugal não existe silicone líquido²⁷ à venda, mas que no Brasil ou Espanha é de fácil acesso. Durante o tempo que passámos em sua casa no Porto, foi visível a existência desse tipo de silicone e de seringas de uso veterinário para animais de grande porte. Em Portugal, Verónica Vellasquez cobrava por litro de silicone aplicado, entre 250 e 350€, dependendo das partes do corpo onde ele seria

²⁶ No início da emigração de travestis para a Europa, a prostituição era assumida como a finalidade dessa mobilidade, neste momento, sendo cada vez mais novas as migrantes, a prostituição exercida na Europa, sendo encarada como um fim é desde logo um meio para iniciar a transformação. Digamos que os novos contextos globais e suas interdependências, não só determinaram novas mobilidades e percursos, como também o acionar de novas estratégias no fazer -se travesti, legítima.

²⁷ Silicone de uso não médico e sado, por exemplo, na limpeza da fuselagem de aviões.

ministrado. Para se ter uma ideia, um peito pode levar mais de 3L. Jota Joyce, refere que no Brasil ser *bombada* pode custar à travesti entre 1000 e 2000 reais. (LUÍS JSA, 2018)

A importância do corpo, não só como objeto da experiência, mas também como agente da própria experiência, é, portanto, inegável, na medida em que as suas marcações exprimem uma cultura macro e uma cultura de gênero e sexualidade específicas em diálogo. Esta multiplicidade de contextos e consequente plasticidade de elementos e variáveis intervenientes no processo de legitimação do “fazer-se” e ser-se travesti é claramente expressa, quando Pelúcio recorre ao exemplo de Fabiana. No seio da sua relação “lésbica” com Verónica (outra, travesti), usava cueca em casa e no contexto da prostituição – rua - usava “calcinha”. Este adereço sustenta, pois, toda uma construção de gênero que se desenvolve em contextos interativos específicos e diferenciados: por um lado a “casa”; por outro a “rua” e o cliente, gerindo-se em cada um dos contextos, o que é esperado do indivíduo. Se relativamente à relação com Verónica, um dos marcadores da construção de uma identidade legitimada é a “calcinha” versus “cueca”, no seio da relação com o cliente essa função sinalizadora pode ser contextualmente alterada e passível de busca por outras inteligibilidades, quando por exemplo um cliente pede para ser ele a usar a calcinha (Verónica Vellasquez) ou quando uma travesti é procurada por uma mulher (Vanessa Nobre).²⁸ Neste sentido, no âmbito do universo travesti, o que parece conferir o estatuto de relações heterossexuais ou homossexuais/lésbicas, é a expressão de gênero e não o sexo/orientação sexual, embora, entre ambas as dimensões possam ser descortinadas interdependências várias. Um homem que mantenha relações sexuais com uma travesti não é necessariamente visto como homossexual, assim como uma relação entre duas travestis pode ser concebida como uma relação lésbica e não homossexual em sentido estrito. Constatamos, portanto, na produção cultural do corpo, uma íntima ligação entre objetos de valoração simbólica não-neutra e a sua performatividade contextual, em processo que confere inteligibilidades específicas à subjetividade da interação concreta.

As classificações heterossexuais relativamente à orientação sexual são absorvidas e reestruturadas pelas travestis tendo como referente a construção/expressão de gênero. Por exemplo, e como verificámos, a relação de uma travesti com outra travesti pode dentro do grupo, ser percecionada como lésbica, visto que se realiza entre duas construções femininas. No entanto, numa outra escala, exigirá sempre a presença dum masculino e dum feminino para que a relação sexual ocorra em moldes inteligíveis: uma será o agente penetrador e outra a penetrada/passiva (Pelúcio, 2005, 2006). Nesta linha argumentativa, um homem ativo que mantenha uma relação com uma travesti é heterossexual, visto que nessa relação estão presentes masculino e feminino (em que ele é o elemento masculino/ativo). Já um homem passivo, participante numa relação sexual com uma travesti poderá

²⁸ Todavia, sublinhe -se que a prostituição pode determinar a existência de relações sexuais com mulheres que as procurem para o efeito, embora nem todas as travestis se disponibilizem para esse tipo de serviço. Neste sentido a prostituição destabiliza ainda mais o modo como se produzem e representam como sujeitos.



ser percebido como homossexual. Embora a travesti não se identifique com indivíduos homo orientados, o seu desempenho do papel passivo numa relação, não é representado da mesma forma, comparativamente ao contexto da relação envolvendo um homem passivo e uma travesti, visto que, esse “homem”, tendo uma orientação sexual, não elaborou uma outra expressão de género conotada com a passividade. Assim a travesti passiva é feminina e o homem passivo é homossexual. Já na perspectiva de uma transexual, a travesti ao preservar os genitais é relegada para o campo da homossexualidade.²⁹

A orientação sexual é, sob este ponto de vista, bem mais objetiva e, paralelamente, menos suscetível de gerar entropia de papéis. Quando a construção de género incorpora o critério heterossexual da orientação sexual e opera a ordenação dos sujeitos e suas relações, tudo se torna mais efêmero, moldável e complexo. Nestes casos, opera o filtro do corpo fenomenológico,³⁰ visto que o corpo adquire uma dimensão simbólica que o pode distanciar das classificações hegemonicamente estruturantes e traduzir um posicionamento específico do sujeito, face ao seu corpo e ao do outro. Nesta perspectiva, as pessoas que vivem um género fora do sexo hegemonicamente original, tendem a conceber a sua orientação sexual com base no género expresso. Todavia, na prostituição travesti os fatos nunca são lineares. Tal justifica que as travestis não classifiquem publicamente os homens que buscam na relação paga com elas, o lado passivo, como homossexuais. Isso poderia redundar numa redução da sua clientela, ao mesmo tempo que minaria as representações difundidas pelo grupo, segundo as quais quem procura uma travesti para ter sexo não procura um homem. Por outro lado, na prostituição o segredo e a discrição são uma das chaves do seu sucesso.

Ainda assim, nesta fluidez de práticas e consequentes classificações, podemos captar algumas influências do modelo homem versus homem-bicha, identificado por Fry e McRae (1993, 43-44, Cf. GREEN, 1999, 6 e KULICK, 1997) no nordeste do Brasil, em que numa relação entre dois homens, apenas é considerado homossexual aquele que desempenhar o papel passivo – a *bicha*.

Desta forma, neste Brasil que estamos chamando de “popular”, como entre os Guaiáqui, o menino é chamado de “bicha” não simplesmente porque se supõe que ele goste de manter relações homossexuais, mas porque ele é “efeminado” (desempenha o papel feminino) e porque se mantiver uma relação homossexual, desempenhará um papel “femininamente passivo”. O rapaz que desempenha o papel masculino e que poderia ser o parceiro sexual da *bicha* (portanto mantendo uma relação homossexual), é chamado de “homem” ou de “machão”. (1993, 43)

É, no entanto, sobretudo no contexto da prostituição que o idioma de género travesti se revela a partir da própria normatividade heterossexual, mesmo quando aparentemente a subverte ou distorce

²⁹ Constatamos a permanente negociação entre identidades com o objetivo de alcançar legitimação e, paralelamente, como todas elas tendem a expressar-se como subculturas em luta identitária entre si tendo como arquétipo a macroestrutura heteronormativa, que as considera um desvio, que reforça a sua norma.

³⁰ A percepção sublimada dos corpos, que ultrapassa a sua materialidade.



performativamente. Com efeito, no processo de construção de práticas e discursos que marcam e sinalizam o seu quotidiano, as travestis descobrem homens/clientes que “procuram o lado passivo” e “lhes pagam para assumirem um lado ativo”. Como refere Loise (2006:19), o pénis converte -se, então, numa ferramenta de trabalho. O que noutros contextos se constitui como fator que investe o sujeito de masculinidade, no contexto específico da prostituição, confere -lhes uma mais-valia no mercado das trocas sexuais e, paralelamente, desempenha a função colateral de classificar esses homens que procuram o lado passivo, como mariconas (PELÚCIO, 2006, 2007), sublinhando mais uma vez a presença dum sistema simbólico hétero, assente nos elementos ativo e passivo. Se no plano privado, as travestis adotam o papel feminino de passividade e recetividade ao nível da sexualidade, na prostituição elas podem ser circunstancialmente convocadas a desempenhar o papel masculino, expresso no serem ativas (LOISE, 2006:20). Mais uma vez, o corpo se revela não só como objeto da experiência, mas sim como estruturante da experiência, sinalizando a cultura partilhada e, portanto, deste modo, tornada entendível aos participantes na interação, atribuindo-lhe papéis, definindo situações e clarificando inteligibilidades circunstanciais.

Neste sentido, as travestis esperam que “os homens de verdade” sejam másculos, ativos, empreendedores, penetradores (Cf. no mesmo sentido LOISE 2006, 20, PELÚCIO, 2005) – um homem será sempre aquele que assume o papel ativo (KULICK, 1998, 124). Esta construção de género (e decorrente desempenho contextual de papéis correspondentes), não se estrutura de uma forma rígida. O ato de diferenciação opositiva dos dois termos, masculino/feminino resulta na consolidação de cada um deles e da respetiva coerência entre sexo, género e desejo, através de processos que mantêm com a estrutura uma relação dialógica e dinamicamente posicional. Todavia, não de uma forma discursiva unilateralmente ditada pela estrutura (BUTLER, 2007, 31). Para além da sua própria vivência sexual privada as interpelar a reconfigurações e re-significações particulares das suas performatividades sexuais, por relação às identidades de género, os contextos de trabalho sexual obrigam-nas a renegociar, em função das necessidades e expectativas dos seus clientes (LOISE, 2006:67), a relação entre identidade de género e orientação sexual. Como nos explicou a falecida Verónica Vellasquez, o facto de “um homem procurar uma travesti para uma relação sexual... não faz com que o homem perca a masculinidade dele.” Na visão das travestis envolvidas nesta pesquisa, bem como a partir do seu discurso sobre a sexualidade, esses homens não seriam menos homens apenas por procurarem sexo com travestis, mas, sobretudo, por buscarem um determinado tipo de sexo, o lado passivo da relação. “Com a gente eles não querem nada do convencional.” (Cf. Em sentido confluyente PELÚCIO, 2005, 239). Ambigualmente, Kulick, constatou que para as Travestis Brasileiras em Salvador, o pénis é elemento de prazer e que a hipótese de realização dum cirurgia, as assustava tremendamente, receando que isso as enlouquecesse. (1998)

8 NOTAS CONCLUSIVAS

As Travestis Brasileiras, assim referidas pela sua especificidade que consideramos ser única, também, enquanto dimensão idiossincrática da cultura Brasileira, são primeiramente migrantes de género, experimentando por isso toda a sorte de discriminações que desde logo começam em casa, na escola ou na vizinhança. A saída de casa é a única solução e a rua a sua casa de substituição, na qual encontram uma nova família composta pelas suas *manas*, as *mães*, as *madrinhas* ou num outro plano os *maridos* – *Travesti não tem namorado, tem marido!* (Verónica Vellaskez). Porém, é também na rua que se encontram as *chefes de rua* e as *cafetinas*, que lhes impõem deveres, coercivamente, num processo que podíamos designar por uma segunda e alternativa socialização.

Nas ruas, os corpos feitos obtêm mais sucesso e para o fazerem iniciam um processo de mobilidade entre cidades Brasileiras, geralmente das de menor dimensão para os grandes centros cosmopolitas. Este seu ultrapassar de fronteiras de género e até sexualidade, importa discriminação e exclusão em função dum corpo socialmente percecionado como ilegal, em processo análogo ao dos migrantes geográficos. A dada altura, experimentam a emigração, ou seja, ultrapassam as fronteiras geográficas Brasileiras e decidem-se a emigrar para a Europa. Chegadas a Portugal não só o seu corpo Travesti é ilegal, como a sua permanência por três meses, renováveis por mais três, passa a dada altura a ser também o corpo simbolicamente ilegal do imigrante sem papéis. Ainda assim, preferem ser imigrantes ilegais na Europa do que cidadãos legais no Brasil, isto porque, na verdade, no Brasil se encontram relegadas para a rua e para a noite, onde mais não fazem do que sobreviver numa sociedade que se revela intensamente transfóbica. Antes ilegal fora do Brasil, do que legal no Brasil. Infelizmente, o cenário parece ter-se agudizado com a inusitada eleição do Presidente Bolsonaro.

No ensaio que agora concluímos, o universo de estudo é apreendido através de uma grelha analítica que necessariamente têm que cruzar dois tipos de migrações, que, independentemente dessa grelha e no plano das práticas, deixam a partir de dado momento de ser dissociáveis. Desde o Brasil que a mobilidade é condição para fazer o corpo, geralmente com os recursos disponibilizados pelo trabalho sexual. E assim continuam na Europa. Na verdade, deve-se dizer, que dificilmente as Travestis Brasileiras se enquadram na sociedade Brasileira no estatuto de cidadãos. O motivo é o seu corpo e o que ele representa como resistência a uma sociedade machista e discriminadora de minorias sexuais e de género. Manter o pénis num corpo repleto de referências tidas heteronormativamente como femininas, é o clímax dessa resistência, colocando em causa instituições seculares e relações de poder centenariamente instituídas, de que os seus agentes não se querem desligar - ou por falta de consciência do relativismo cultural, ou, simplesmente porque querem perpetuar relações de poder e dominação.

As Travestis Brasileiras atualizam uma aparente subversão da lei/normatividade heterossexual, a qual, no entanto, se constitui ambigualmente como referente dessa subversão (FOUCAULT, 1978). Por outro lado, se é facto que para as travestis o homem de verdade condensa uma série de atributos



implícitos no ser-se ativo, não é menos verdade que no exercício da prostituição (para além dos rendimentos auferidos), outro dos motivos relatado é o prazer sexual obtido no seu exercício, que as leva grosso modo a excluir a possibilidade de cirurgia de mudança de sexo. Evidenciando, mais uma vez, a ambiguidade das hierarquizações que emergem do carácter circunstancial das interações. O homem que não é homem de verdade e que por isso se posiciona de forma hierarquicamente inferior, pode ser sexualmente tido como fonte de prazer, apesar de discursivamente produzido como uma *maricona*, sendo neste âmbito sujeito (a pelo menos) duas valorações distintas. As inteligibilidades alcançadas na relação entre género e performance sexual/orientação sexual, dependem pois do contexto e da forma como se intersejam as variáveis. A multiplicidade das experiências gera instabilidade nos referentes que a enquadram, pelo que a procura de fatores que possam ser circunstancialmente geradores de alguma estabilidade, na instabilidade, encontram na linguagem e também no corpo - enquanto tal - um veículo igualmente privilegiado para o efeito. O corpo da Travesti Brasileira é essa linguagem e simultaneamente, condição estruturante dessa mesma linguagem. O seu corpo condensa de alguma forma as relações de género observáveis e as suas performatividades contextualizam-nas.

Verificamos igualmente, que entre as migrações de género e geográficas, muitos cruzamentos teóricos podem ser estabelecidos e que tal, pode definitivamente enriquecer os nossos estudos. Concluímos ainda, que esta dupla aceção migratória em que se integram, bem como a indústria do sexo a que se dedicam – principalmente esta – obstam a que se enquadrem na vanguarda dos objetivos e interesses associativistas ou académicos. Ser Travesti, ser imigrante sem papéis e prostituta,³¹ condensa num só sujeito, atributos simbolicamente infra hierarquizantes, mesmo no quadro das relações com outras minorias sexuais e de género politicamente mais organizadas no seio LGBTQI+. Paralelamente, esse processo não só se revela essencial ao constructo de elaboração identitária de quem assim as concebe – o outro - e de modo mais pernicioso, na forma como as Travestis Brasileiras, migrantes e prostitutas se deparam em suas vidas com um espectro muito condicionado de possibilidades de vivência plena de uma cidadania, que desde sempre lhes tem sido, coartada. Em quaisquer dos casos, temos em comum, como sansão, a provável ilegalização/subalternização dos corpos, como consequência do TRANSpor de limites e fronteiras; de género, sexualidade compatível com género, sexo pago e imigração sem papéis. Como a dada altura me confidenciou Verónica Vellasquez, falecida em janeiro de 2019, devido ao silicone industrial que tinha no corpo – ao cair das escadas em casa, ele moveu-se e entrou no fluxo sanguíneo, originado uma septicemia - e que a apresentava perante todos, há sempre um preço a pagar – a subalternização de corpos e sujeitos:

³¹ O termo prostituta é usado aqui de modo não depreciativo, porém, com o objetivo de refletir todo o peso negativo que o envolve.



A todas entristece... claro... você vai chegando a uma certa idade que a solidão aperta... a solidão afeta a “gente”, a solidão... nós somos seres humanos... nós temos coração, nós... nós gostamos das pessoas, nós temos sentimentos, nós somos uma pessoa normal como qualquer uma outra. Não somos diferentes de ninguém, então quer dizer... chega a uma certa altura da nossa vida que a solidão chega e aperta... e quando aperta... olha... é triste, a “gente” sofre, chora e... mas não pode fazer nada! É uma viagem sem volta, é o que a “gente” tem de pagar pela mudança que a “gente” fez e o que podemos tirar disso é seguir a vida para a frente e tentar tirar proveito disso.

Chegou ao fim a viagem. Obrigado pela dádiva, Verónica Velasquez. Como daria agora tanto jeito ser crente e simplesmente dizer: Descansa em Paz.



REFERENCES

- AGIER, M. *Aux Bords du Monde, Lés Refugies*. Flammarion: Paris, 2002.
- APPADURAI, Arjun. Disjuncture and Difference in The Global Cultural Economy. In: *Theory, Culture and Society*. Sage Publications, 1990.
- AUGÉ, M. *Não Lugares*, Bertrand: Vendas Novas, 1994.
- BEAUVOIR, S., *O segundo sexo. II a experiência vivida, Difusão Européia do Livro: São Paulo, 1963.*
- BOURDIEU, P. *Esboço de Uma Teoria da Prática, Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila*. Celta Editora: Oeiras, 2002.
- BENEDETTI, M. *Toda Feita: O Corpo e o Gênero dos Travestis*. Garamond: Rio de Janeiro, 2005.
- BOCAYUVA, P. A fronteira como método e como “lugar de lutas segundo Sandro Mezzadra. In: *Lugar Comum N°39*, pp. 45-67, Instituto de Relações Internacionais, PUC: Rio de Janeiro, 2013.
- BUSSINGER, R.V. As Travestis e o “Gênero na Margem: Algumas Reflexões. III Congresso Capixaba de Formação e Actuação do Psicólogo”, In: *Éticas & Cidãanias*, Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.
- BUTLER, J. *Gender Trouble*, Routledge: New York and London, 2007.
- Calavita, K. *Immigrants at the Margins; Law, Race, and Exclusion in Southern Europe*. Cambridge University Press: Cambridge, 2005.
- CAMERON, D. and KULICK, D. *The Language and Sexuality Reader*, Routledge: New York, 2006.
- CARNEIRO, B. S., A. Resenha de “Travesti -Prostituição, Sexo, Gênero e Cultura no Brasil de Kulick D. In: *Ciência e Saúde Coletiva* [on line] Julho -Agosto 2009, vol. 14, nº4, p, 1309 -1310, Associação Brasileira de Post -Graduação em Saúde Coletiva, Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=63011692033>. ISSN 1413 -8123. Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caraíbas, Espanha e Portugal, Acedido em 1 Janeiro de 2011.
- COATES, J. Thank God I'm a Woman: The construction of differing femininities. In: DEBORAH CAMERON (ed.), *The Feminist Critique of Language: a Reader*. 2nd edition, 1998, p. 297-320.
- COLEMAN, J. *Foundations of Social Theory*. Harvard University Press: Cambridge, 1990.
- COUPLAND, J. Dating Advertisements: discourses of the com- modified self. 1996. In: DEBORAH CAMERON and DON KULICK (eds.). *The Language and Sexuality Reader*. Routledge: New York, 2006.
- DANCYGIER, R. Immigration and Conflict in Europe. Review by: Sara Wallace Goodman. In: “The Journal of Politics.” Published by: The University of Chicago Press on behalf of the Southern Political science association. Vol. 74, No. 3, July 2012.
- DANTAS, J. *Não se Nasce Travesti: A Construção dos Corpos no cotidiano da Prostituição*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.



DIAS, N. O que significa ser étnico? Uma revisão do conceito de empresarialidade étnica a partir das experiências empresariais entre hindus em Portugal. In: *Revista Migrações*, ACIDI: Lisboa, Abril 2009, n.º 4, p. 135-159.

ECKERT, P. and MCCONNELL -GINET, S. Think Practically and Look Locally: Language and Gender as Community -Based Practice. In: *Annual Review of Anthropology*, n.º 21, 90-461. 1992.

EKINS, R. e KING, D. *Transgender Phenomena*, Sage Publications: London, 2006.

FOUCAULT, M. Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias. 1967. In: *Architecture /Mouvement/ Continuité*, October, 1984, translated from the French by Jay Miskowiec.

_____ *The History of Sexuality, Volume I, An Introduction*, Random house: New York, 1978.

_____ *A Vida dos Homens Infames*. In: *Ditos & Escritos IV: Estratégia, Poder -Saber*, Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2003.

FRY, P. e MACRAE, E. *O que é a Homossexualidade?* Editora Brasiliense: São Paulo, 1993.

GARFINKEL, H. *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs, Prentice Hall: NJ, 1967.

GENOVA, Nicholas, *Deportation Regime; Sovereignty, Space, and the Freedom of Movement*. Duke University Press: Londres, 2010.

GIDDENS, A. *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*. Polity (publisher): Cambridge, 1984.

_____ *The Consequences of Modernity*, Polity Press: Cambridge, 1990.

_____ *Runaway World: How Globalization is Reshaping our Lives*, Routledge: London, 2000.

_____ *Sociologia*, Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2004.

GIDDENS, A. et al. *Modernização Reflexiva, Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*, Fundação UNESP: São Paulo, 1993.

GOELLNER, S. *A produção cultural do corpo. Corpo, gênero e Sexualidade*. Vozes: Petrópolis, 2003, p, 28 – 40.

GOFFMAN, E. *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*. Relógio D'Água: Lisboa, 1993.

GREEN, J. *Beyond Carnival. Male Homosexuality in Twenty- -century Brazil*. The University Chicago Press: Chicago and London, 1999.

HALL, S. *The Question of Cultural Identity*. In: Stuart Hall et al. (Org.) *Modernity and His Futures*, Polity Press & The Open University: Oxford, 1996.

_____ *The Spectacle of the Other. Representation. Cultural Representations and Signifying Practices*, Sage: London, 1997. p. 223 -290.

_____ *Encoding, Decoding” in Braziel, J. E. Mannur, A. (Eds.), Theorizing Diaspora*, Blackwell: Oxford, 2003, p. 507 -517.



HARVEY, D. *The Condition of Post – modernity*. Basil Blackwell: Oxford, 1989.

KESSLER, S. J. and MCKENNA, W. *Gender: An Ethnomethodological Approach*. New York, NY. John Wiley Reprint 1985, The University of Chicago Press: Chicago, 1978.

KULICK, D. *The Gender of Brazilian Transgendered Prostitutes*. 1997. In: *American Anthropologist*, 1999, p. 547 -585.

_____. *Travesti: Sex, Gender and Culture among Brazilian Transgender Prostitutes*. University of Chicago Press: Chicago, 1998.

_____. *Transgender and Language: A review of literature and suggestions for the future*. In: *Journal of Lesbian and Gay Studies*, 1997, Vol. 5, p, 601 -622.

Kulick, D. 2003, “N O”, in Deborah Cameron and Don Kulick (eds.), 2006, *The Language and Sexuality Reader*, Routledge: New York.

JANSSEN, M., L. *Border Constructions of Gender Identity: A Colombian Transvestite in Dutch Prostitution, Local/ Global Encounters*. Development Copyright 2003, Society for International Development, www.sidint.org, 1011 -6370 (200309), 46:3; p, 94 -98; 035673, SAGE Publications, 2003.

LECHNER, E. (Ed.). *Rostos, vozes e silêncios: uma pesquisa biográfica colaborativa com imigrantes em Portugal*. Almedina: Coimbra, p, 332. MAPRIL, J, Apresentação em *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 46, p, 473-477, jul./dez. 2016.

LEDROUT, R.. *La Révolution Cachée*. Casterman: Paris, 1979.

LIONÇO, T. *A transexualidade entre a transgressão e a inserção social*. Comunicação (Consultora técnica do Ministério da Saúde Brasileiro) na Conferencia Sexualidades, Corporalidades e Transgêneros: Narrativas Fora da Ordem, ST 16: Florianópolis, 2006.

LOISE, H. *Vida Maluca: Ethnographie du Quotidien et des Stratégies de Travail d'une Travesti Brésilienne Clandestine Travaillant dans les Salons de Massages en Suisse*, Mémoire de licence en ethnology, Universidade de Neuchâtel, Instituto de Etnologia: Neuchâtel, 2006.

LOPES, D. *O Homem que amava rapazes e outros ensaios*, Aeroplano: Rio de Janeiro, 2002.

LUÍS, F. e TROVÃO, S., “De Mana em Mana: Transnacionalismos”, in Susana Trovão (org.), 2010, *De Muitas e Variadas Partes ao Portugal do Século XXI. Dinâmicas de género, intergeracionais e familiares em contexto migratórios*, Colibri: Lisboa, 2010.

LUÍS, F. *Travestis Brasileiras em Portugal; Percursos, Identidades e Ambiguidades*. Tese de Doutorado, Universidade Nova de Lisboa, 2016.

Luís, Francisco JSA. *Travestis Brasileiras em Portugal, Transmigrações e Globalização: A indústria do Sexo Transnacional*. Chiadobooks: Lisboa e São Paulo, 2018.

MACHADO, I. *A Invenção do Brasil Exótico entre Imigrantes Brasileiros no Porto, Portugal*. Apresentação no GT Migrações Internacionais, XXIII Anpocs, Caxambu, Brasil 19 a 23 de Outubro, 1999.



MEZZADRA, S. Direito de Fuga. Lisboa, Edições Unipop, 2012

MEZZADRA, S. e NEILSON, B. Border as Method, or, the Multiplication of Labor. Duke University Press, 2013.

MEZZADRA, S. Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. In: REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum: Brasília, Ano XXIII, n. 44, p, 11-30, jan./jun. 2015.

NAMASTE, V. K. Invisible Lives: The Erasure of Transsexuals and Transgendered People. University of Chicago: Chicago and London, 2000.

ORTNER, S. Theory in Anthropology since the Sixties Comparative Studies. In: Society and History, Vol. 26, No. 1. , 1984, p, 126-166.

PELÚCIO, L. Na Noite nem todos os Gatos são Pardos: Notas Sobre a Prostituição Travesti. In: Cad. Pagu, n.25: Campinas, 2005.

_____. Seropositividade, Pressão e Depressão: da Vida Nervosa das Travestis Vivendo com HIV/AIDS. Comunicação na Conferência Sexualidades, Corporalidades e Transgêneros: Narrativas Fora da Ordem, ST 16: Florianópolis, 2006.

PELÚCIO, L. e MISKOLCI, R. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. In: Niterói, Vol. 7, n. 2, 2007, p, 255-267.

RÉMY, J. e VOYÉ, L. A Cidade Rumo a uma Nova Definição? Edições Afrontamento: Porto, 1994.

RUBIN, G. The Traffic in Women. Notes on the “Political Economy” of Sex. 1975. In: ELLEN LEWIN (ed.). Feminist Anthropology: A Reader. Blackwell Publishing Ltd: Oxford, 2006, p, 88 -106.

RUBIN, G. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality.” in Carol Vance (ed.), Pleasure and. Danger, Routledge: New York, 1984, p, 143-178.

SANTOS, P. Tavestis: Corpos Ambíguos, Gêneros em Cheque. Comunicação na Conferência Sexualidades, Corporalidades e Transgêneros: Narrativas Fora da Ordem, ST 16: Florianópolis, 2006.

SAYAD, A. Le Double Absence. Des illusions de l’émigré aux souffrances de l’immigré”, Éditions du Seuil, 1999.

_____. L’immigration ou les paradoxes de l’altérité. Raisons d’agir Editions: Paris, 2014.

SCOTT, J. Prefácio a “Gender and politics of history.” In: Cadernos Pagu – *Desacordos, Desamores e Diferenças*, UNICAMP, V. 3: Campinas, 1994, p. 11 -27.

_____. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. In: *Educação e Realidade*, 20 (2): Porto Alegre, 1995, p, 71 -99.

_____. A Invisibilidade da Experiência. Projeto História: São Paulo, 1998, p, 297 -325.

SHELLEY, L. Human Trafficking. Cambridge University Press: New York, 2015.

ZIMMERMAN, D.H. e WEST, C. Doing Gender. In: Gender and Society, Vol. 1, Nº 2, 1987, p, 125 -151.



VIDEOGRAFIA

ALENCAR, L. C. Bombadeira – A dor da Beleza. Produção Singra Produções e coprodução de grif, 2007. doc. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8ukxnlDYdKE>, acessado em 25 de Setembro de 2014.

ANDRADE, G. e MAIO, A. Casa do Bartô; aplicação de silicone industrial em travestis 1985”, Edição Arquivo Transformista, 1985. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=YQjPfou-RaAk>, acessado em 25 de maio de 2012.